

## A divulgação da psiquiatria brasileira na imprensa (1930–1940)

---

Carolina Carvalho and Cátia Matias and Sérgio Marcondes

### Abstract

Pretendemos discutir o processo de divulgação de saberes médico-psiquiátricos no Brasil na imprensa de grande circulação e em periódicos científicos durante as décadas de 1930 e 1940. Como estudo de caso foi analisado um artigo do psiquiatra Henrique Roxo publicado em 1942, simultaneamente, em revistas voltadas para públicos diferentes. A divulgação científica era compreendida como parte do projeto modernizador do Brasil da época. O caso de Henrique Roxo revela que a linguagem utilizada pelos divulgadores, embora às vezes fosse de difícil compreensão, era parte de uma estratégia de reconhecimento da autoridade médica para o diagnóstico e tratamento das doenças mentais.

### Keywords

Health communication; Popularization of science and technology; Science writing

---

### Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir os processos de divulgação e circulação dos saberes médico-psicológicos no Brasil durante as décadas de 1930 e 1940. Como estudo de caso foi utilizado um artigo do psiquiatra Henrique Roxo, publicado simultaneamente em um periódico direcionado para um público especializado, os *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, e em uma revista de variedades voltada para o público leigo, *Vamos Ler!*, em 1942. Narrar a história dos saberes *psi* por meio de sua circulação entre diferentes públicos traz à tona as diversificadas apropriações de suas teorias, permitindo observar fatores relevantes como o suporte em que se escreve, o público para quem os autores escrevem e a experiência desses autores.

Além disso, é importante considerar como os contextos políticos e sociais interferem nos modos de produção, recepção e/ou circulação desses saberes. As décadas de 1930 e 1940, por exemplo, foram marcadas por transformações importantes na circulação e divulgação das teorias médicas. No cenário internacional, a Segunda Guerra Mundial (1939–1945) impactou não apenas as alianças diplomáticas, como também os intercâmbios científicos transnacionais. Desta forma, a significativa influência da Alemanha sobre o Brasil até os anos 1930 deu lugar a um rompimento diplomático oficial entre os países em 1942, acompanhado de uma “política de barganha permanente” brasileira junto aos Estados Unidos [Moura, 1991, pp. 8–9]. Tais arranjos políticos, econômicos e militares trouxeram consequências importantes para o cenário científico nacional.

A psiquiatria é um bom exemplo para observar o impacto desses rearranjos transnacionais sobre a produção do conhecimento científico e intelectual. Enquanto as três primeiras décadas do século XX foram marcadas pela influência predominante do organicismo alemão desenvolvido por Emil Kraepelin (1856–1926) enquanto modelo classificatório das doenças mentais [Facchinetti e Muñoz, 2013], a partir de 1940, especialmente após a ruptura das relações teuto-brasileiras, esse paradigma científico foi paulatinamente desaparecendo dos artigos médicos, dando lugar às teorias norte-americanas, de autores como Adolf Meyer (1866–1950).

No âmbito nacional, o Brasil vivenciava um processo efetivo de centralização político-institucional que se destacou, dentre muitas coisas, pela implementação de políticas públicas de saúde e educação, compreendidas como pilares fundamentais do projeto de nação então pretendido pelo governo de Getúlio Vargas (1930–1945) [Hochman, 2001; Fonseca, 2007]. Apesar das divergências entre propostas e caminhos que assegurassem a modernização da nação,<sup>1</sup> a psiquiatria se destacou entre os saberes que disputavam a vanguarda desses projetos modernizadores [Muñoz, 2015]. A saúde era afirmada como garantia do progresso a partir de um consenso entre médicos como Renato Kehl, Júlio Porto-Carrero e Henrique Roxo de que ser *moderno* era sinônimo de ser *saudável* e *normal* [Cupello, 2013, p. 50]. O progresso da nação brasileira seria medido pela robustez física, moral e mental de seu povo, tornando necessário defender o país contra tudo o que pudesse representar uma ameaça à saúde de seu povo e de sua descendência. Entre essas ameaças estava a crença de que as doenças mentais eram transmitidas hereditariamente, o que fundamentou o argumento dos psiquiatras acerca da necessidade de expandir sua atuação para além dos hospícios, a fim de cuidar não apenas dos indivíduos doentes, mas também daqueles sob o risco de adoecer [Brasil, 1927]. Isso justificou um conjunto de intervenções médicas através de medidas profiláticas e eugênicas.

Assim, algumas medidas de profilaxia e saúde discutidas e implementadas durante a Primeira República foram incorporadas às pautas do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), criado em 1930. Dentre elas, a criação de cursos direcionados à formação e especialização dos profissionais de saúde [Santos e Faria, 2006, p. 293], como, por exemplo, os cursos de especialização em psiquiatria, ministrados no Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB) a partir de 1929.<sup>2</sup> Os temas apresentados nas atividades realizadas no IPUB estavam em diálogo com as discussões internacionais, sobretudo no que se refere aos modelos e classificações psiquiátricos.

Uma vez que saúde e educação eram atribuições de um mesmo ministério, a necessidade de formação de especialistas em saúde era complementada pela

---

<sup>1</sup>A discussão sobre a identidade nacional, que ao longo do século XIX foi atravessada por teorias raciais e deterministas que questionavam as possibilidades de uma nação saudável e moderna num país com um povo “miscigenado” e “degenerado” [Schwarcz, 1993; Stepan, 2005], sofreu uma virada discursiva no século XX, com o surgimento do movimento sanitário e higienista, que propagava a cura do atraso e das doenças a partir do saneamento e da educação [Lima e Hochman, 1996].

<sup>2</sup>O primeiro curso de aperfeiçoamento voltado apenas para médicos foi realizado em 1929 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro pelo professor substituto das clínicas de neurologia e psiquiatria Faustino Esposel (1888–1931). Esposel se inspirou em cursos nos quais participou à época de sua estadia na Europa [‘Um curso de aperfeiçoamento na Faculdade de Medicina: fala-nos a respeito o seu organizador o professor Esposel’ 1928].

divulgação da ciência para leigos enquanto estratégia de promoção de comportamentos e hábitos saudáveis para o povo brasileiro [Sá, 2006]. Assim, os profissionais de saúde organizaram sucessivas campanhas contra o adoecimento mental, moral e físico da população, visando alcançar um público leigo que integrava as camadas sociais urbanas. Esse esforço também contou com a participação de outros atores, como jornalistas, literatos e intelectuais que, revestidos de relativa autoridade na condição de homens de ciência ou de formadores de opinião, contribuíram para a circulação do conhecimento médico fora das sociedades científicas e da academia.

Ao versarem sobre saúde e doença em jornais e revistas de variedades, esses indivíduos também buscavam orientar seus leitores a respeito de condutas consideradas saudáveis ou patológicas, adequadas ou passíveis de correção, disciplinando e regulando os indivíduos. A transposição do discurso médico para um público não especializado visava educar e instruir leigos, mas também ressaltar a autoridade do profissional de saúde para questões envolvendo profilaxia e tratamento. Entretanto, encontrou alguns obstáculos, tendo em vista a linguagem utilizada por médicos e seus pares na divulgação desses saberes.

**Entre a  
comunicação e a  
divulgação  
científica:  
linguagem e  
público**

A circulação do conhecimento científico era limitada por duas questões: a especialização e a linguagem médica. No que diz respeito à comunicação, os congressos nacionais e internacionais atuavam como espaços de troca e debate entre médicos e cientistas, informando tendências no campo. Esta interação estimulava a circulação de teorias científicas e as trocas aumentavam as chances de novos conceitos, práticas e técnicas serem incorporados ao repertório local existente. Era, assim, uma forma de replicar o conhecimento, dado que as ideias aceitas eram disseminadas pelos cientistas nas suas localidades de origem.

Os resultados das pesquisas e dos debates realizados nos congressos científicos tinham sua divulgação ampliada em livros e periódicos especializados, valorizados pelos cientistas frente à necessidade de uma “comunicação rápida e precisa sobre uma experiência ou observação específica” e de uma “troca também rápida de ideias e a crítica entre todos os cientistas interessados no assunto em questão” [Mueller, 2000, p. 73]. Assim, a imprensa psiquiátrica brasileira vivenciou um período de crescimento na primeira metade do século XX, com o surgimento dos *Arquivos de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins* (1905), *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* (1925), *Boletim de Eugenia* (1929), *Arquivos do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro* (1930) e dos *Anais do Instituto de Psiquiatria* (1942). Além da divulgação de pesquisas científicas, tais periódicos se apresentavam como espaços de diálogos e parcerias entre psiquiatras que tratavam de assuntos semelhantes, também contribuindo para o reconhecimento e a ascensão profissional do indivíduo perante seus pares, formando redes de comunicação científica.

Em meio aos debates, um ponto nevrálgico dizia respeito à padronização nacional dos conceitos e classificações, vinculando-a à especialização intelectual e a modelos estatísticos [Sá, 2006, pp. 121–122]. Ao criar padrões pré-fixados e aceitos pela comunidade psiquiátrica, a divulgação das ideias era ampliada, pois um maior número de especialistas compartilharia daquela linguagem, minimizando desta forma os ruídos na compreensão dos textos. Essa proposta passava, ainda, pelo

ensino e formação dos médicos, a fim de que estes pudessem registrar seus trabalhos de forma a refletir, desde então, o uso daquele modelo teórico-clínico.

A análise de matérias jornalísticas de época referentes a uma parte da produção intelectual dos docentes da Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ministrada pelo professor Henrique Roxo, permite constatar que essas orientações, no entanto, não eram seguidas à risca. Ao contrário, os textos médicos apresentavam problemas quanto à falta de clareza, incluindo erros ortográficos. Esta foi a conclusão do crítico literário Júlio Dantas (1876–1962), em um artigo no *Correio da Manhã*, se referindo ao livro *Novidades em Doenças Mentais*, publicado em 1934 pela Atlântida Editora. Organizado pelo docente de Clínica Psiquiátrica da FMRJ, Inaldo de Lyra Neves Manta (1903–2000), era uma compilação dos temas apresentados por vários docentes no curso de aperfeiçoamento em psiquiatria lecionado no ano anterior. De acordo com o crítico, apesar da boa iniciativa em divulgar “esta interessante série de conferências” do campo da neurologia e da psiquiatria, a obra pecava pela ausência de uma redação clara e objetiva, visto que “a medicina é uma ciência que inventa palavras quando tem dificuldade em explicar os fatos” [Dantas, 1934, p. 4]. Acusava, ainda, a incorporação descuidada e sem critérios de termos da França, Alemanha e Itália pelos especialistas e a falta de padronização ortográfica e morfológica dos termos utilizados nas produções acadêmicas. Desta maneira, o uso de termos estrangeiros e de linguagem especializada muitas vezes mantinha o texto enigmático para não iniciados, mantendo informados apenas os próprios psiquiatras e dificultando o acesso às informações.

Apesar destas dificuldades, vale considerar o papel da imprensa em geral enquanto instrumento de divulgação de ideias sobre intervenções sanitárias e higiênicas [Luca, 2005, p. 120]. Além das revistas médicas, também surgiram vários impressos que, comprometidos com os esforços de higienização moral e mental da população brasileira e voltados para um público leigo, atuaram de forma educativa e pedagógica, a exemplo da *Revista Nacional de Educação* (1932–1934), publicada pelo Museu Nacional e que tinha como proposta “tirar a ciência do domínio exclusivista dos sábios para entregá-la ao povo”.<sup>3</sup> Não apenas revistas, mas também cartilhas, panfletos, jornais e livros constituíam exemplos ilustrativos e ilustrados da conjugação dos esforços médicos e educativos, uma vez que tinham o propósito de informar sobre as doenças para fins preventivos através da instrução de seus leitores [Bertoletti, 2006].

Simultaneamente ao crescimento do número de revistas e impressos, ocorreram várias iniciativas no período que buscavam ampliar os espaços de pesquisa e difusão mais ampla da ciência no Brasil. Até as primeiras décadas do século XX, a divulgação da ciência<sup>4</sup> no Brasil era esporádica e pouco consolidada. Esse cenário

<sup>3</sup>Financiada pelo MESP, a revista era dirigida pelo antropólogo e escritor Edgard Roquette-Pinto (1884–1954) e distribuída gratuitamente em prefeituras, escolas e diversas associações culturais e de classe. Os artigos eram escritos por especialistas, curtos e didáticos. Ao estar “sintonizada ao ideal de um Estado cuja ação pedagógica constituísse um povo e uma nação”, sua publicação fazia parte de um esforço de estabelecer um diálogo entre o governo e a população [Duarte, 2004].

<sup>4</sup>Na França, ao contrário do Brasil, até hoje “vulgarização” e não “divulgação” é o termo mais utilizado para se referir a “toda atividade de comunicação da ciência na direção do grande público”, sem ter características pejorativas. Em outras línguas, como o inglês, os termos “popularização” e “comunicação” tornaram-se mais comuns [Bensaude-Vincent, 2010, pp. 2–4]. Já no Brasil do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, “vulgarização” também era a palavra mais utilizada

começou a mudar com acontecimentos como a fundação da Sociedade Brasileira de Ciências, em 1916, que se tornaria a Academia Brasileira de Ciências em 1922, presidida pelo francês naturalizado brasileiro Henrique Morize (1860–1930), engenheiro de formação e que escreveu artigos de divulgação científica para vários periódicos. Esta mesma academia criou, em 1923, a Rádio Sociedade,<sup>5</sup> a primeira rádio brasileira, que tinha em sua programação cursos e palestras de divulgação científica sobre temas variados [Moreira e Massarani, 2002, pp. 50–53].

Apesar do reconhecido aumento das “coleções de livros de vulgarização científica” no Brasil, alguns cientistas não estavam convencidos da “utilidade de pôr o grande público a par do movimento científico”, como apontava o médico Miguel Osório de Almeida (1890–1953) em um artigo de 1931. Para ele, no entanto, não havia dúvidas sobre essa utilidade, pois “uma instrução popular bem orientada é feita de modo tal que não deixa dúvidas sobre a competência efetiva dos que a adquiriram”, e, portanto, “a vulgarização científica bem conduzida tem, pois, por fim real, mais esclarecer do que instruir minuciosamente sobre esse ou aquele ponto em particular” [Almeida, 2002 [1931], pp. 65, 68]. Almeida concluía seu artigo mostrando grande otimismo sobre as vantagens da divulgação da ciência para o público leigo:

No dia em que a maioria dos homens estiver impregnada da verdadeira significação dos fins da ciência e tiver compreendido um pouco da essência dos métodos científicos e, em um passo mais adiantado ainda, souber se aproveitar um pouco das vantagens que a cultura científica confere, pela precisão que empresta ao raciocínio e pelo respeito à verdade, além de outras qualidades morais que desenvolve, a humanidade terá dado um grande passo [Almeida, 2002 [1931], pp. 69–70].

Pautada na saúde e na educação, a divulgação da ciência para um público não especializado se apresentava com a finalidade de instruir esse público, constituído por uma população urbana e leiga em medicina. Mesmo a questão da leitura se apresentava como objeto de preocupação da higiene mental, que ressaltava a importância de leituras salutares para a saúde dos indivíduos. Esse incentivo também esteve articulado à formação de um mercado consumidor de literatura.<sup>6</sup> A revista ilustrada *Vamos Ler!* é um exemplo desse engajamento, cujo estímulo à leitura é expressado no próprio título.

### **Vamos Ler!: um exemplo de divulgação científica**

Publicada semanalmente pela Sociedade Anônima A Noite, a revista *Vamos Ler!* (1936–1948) tinha alcance nacional. A Noite era uma grande empresa editorial, que também publicava os jornais *A Noite* e *A Manhã*, as revistas *Síntese*, *Carioca* e *Noite Ilustrada*, além de ser responsável pela Rádio Nacional, fundada em 1936. Em 1940, todo o conglomerado da Sociedade Anônima foi encampado formalmente pelo governo Vargas, tornando-se parte das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional [Brasil, 1940].

[Moreira e Massarani, 2002, pp. 50–51].

<sup>5</sup>Sobre a Rádio Sociedade, ver o *site* disponível no Portal da Fiocruz: <http://www.fiocruz.br/radiosociedade/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>.

<sup>6</sup>Vale destacar que as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por um crescimento vertiginoso do mercado editorial brasileiro de livros, tanto para publicações de obras estrangeiras traduzidas como de originais em português [Hallewell, 2012, pp. 464–465, 846–847].

Adotando a leitura como mote principal, a revista visava entreter e educar seu público. Para tanto, divulgava novidades literárias, além de abordar política nacional e internacional, discussões educativas e pedagógicas, cinema, rádio, psicologia, moda, quiromancia, astrologia e outros, a fim de alcançar um grande número de leitores entre as camadas letradas da sociedade. Sua proposta revelava ainda o empenho em contribuir para o “levantamento da raça” [‘Convite à leitura’ 1936, p. 3] e para “a educação da Juventude Brasileira” [Mello, 1940, p. 25], se aproximando das medidas educativas empreendidas pelo MESP na gestão de Gustavo Capanema. A busca da construção de uma cultura sólida articulada à educação moral e cívica e ao patriotismo garantiu investimento em manifestações culturais [Gomes, 2000], a exemplo da literatura.

Embora não seja conhecida a tiragem de *Vamos Ler!* em todo seu período de publicação, sabemos que chegou a atingir cerca de 40 mil exemplares vendidos [Mello, 1941, p. 36]. A presença de temas de apelo popular incentivava a participação de seus leitores, que, elevados à categoria de colaboradores da revista, tinham suas cartas sobre diversos assuntos publicadas e premiadas. O engajamento da revista com educação e divulgação científica para leigos se expressava, por exemplo, através de seções dedicadas a informar e esclarecer dúvidas médicas, como “Novidades Médicas” e “Página do Farmacêutico”. Além disso, promovia debates educacionais e pedagógicos entre os próprios leitores que trabalhavam como educadores, a exemplo da coluna “Estudos, colas e... colações”. Nela, eram compartilhadas as experiências de leitores e leitoras que trabalhavam no espaço escolar, além de pronunciamentos do próprio ministro Capanema e do presidente Getúlio Vargas sobre a importância da universalização do ensino e da cidadania como garantia do progresso da nação.

Dentre os autores que contribuíram para a divulgação dos saberes médico-mentais em *Vamos Ler!*, destaca-se o psicanalista Gastão Pereira da Silva (1898–1987).<sup>7</sup> Enquanto precursor da divulgação da psicanálise para leigos, Gastão atuou à margem tanto de instituições acadêmicas como a Liga Brasileira de Higiene Mental<sup>8</sup> como das sociedades psicanalíticas que começavam a se organizar no período, o que não o impediu de produzir vários livros e de colaborar em um grande número de meios de comunicação [Marcondes, 2015].

Em *Vamos Ler!*, Gastão colaborou em seções como “Uma página para as mães”, “Psicologia da vida cotidiana”, “Doentes célebres”, “Vida amorosa dos animais”, “Criminosos célebres” e “A guerra através da biografia”, em que ensinava ao público técnicas de autoanálise e os postulados da psicanálise.<sup>9</sup> Tais seções revelam

<sup>7</sup>Gastão Pereira da Silva (1898–1987) nasceu no Rio Grande do Sul ou Rio de Janeiro (não há acordo entre as fontes). Trabalhou como médico em cidades pequenas antes de se estabelecer no Rio de Janeiro na década de 1930. A partir de então, publicou várias obras de divulgação da psicanálise, além de escrever em revistas de grande circulação e atender pacientes em consultório. Em 1934, recebeu uma carta de Freud o incentivando a continuar seus esforços de popularização da psicanálise no Brasil, que foi utilizada frequentemente por ele como fonte de legitimação [Marcondes, 2015].

<sup>8</sup>A Liga Brasileira de Higiene Mental foi fundada em 1923 pelo psiquiatra Gustavo Riedel (1887–1934), atuando junto à sociedade com propostas e campanhas ligadas aos princípios eugênicos e da higiene mental.

<sup>9</sup>Vale destacar que a psicanálise já era difundida no Brasil nas décadas de 1910 e 1920 nos meios acadêmicos e também serviu aos fins profiláticos propostos pela medicina mental. Foi um dos muitos saberes acionados pelo projeto de pedagogia moral e de higiene mental que criava relações entre o moral, o orgânico e a modernidade, também considerada por Henrique Roxo em suas reflexões sobre a origem da doença mental [Facchinetti e Venancio, 2006].

o quanto o autor buscava relacionar os mais variados assuntos com a psicanálise, utilizando uma escrita didática e de fácil compreensão. Muitas destas colunas continuaram a serem utilizadas em seus esforços de divulgação posteriores, dando origem a livros como *Conheça seu filho* (Editora A Noite, 1942) que retomava “Uma página para as mães”. Já a coluna “Criminosos célebres”, em que tratava das relações entre criminologia e psicanálise, continuava uma discussão que vinha pelo menos desde seu livro *Crime e psicanálise*, de 1933 [Silva e Silva, 1933; Marcondes, 2015, pp. 105–106].

Outro médico — este reconhecido entre os próprios pares da academia — publicou em *Vamos Ler!*: o psiquiatra Henrique Roxo (1877–1969).<sup>10</sup> Roxo apresentou aos leitores, em 1942, um conjunto de pistas sobre como diagnosticar doenças mentais. A linguagem altamente especializada empregada em seu texto se distancia um pouco da proposta da revista de instruir seu público leitor. No entanto, permite entrever a importância dada pelo autor à autoridade médica no tratamento das psicopatologias, o que se torna ainda mais claro quando conhecido o seu lugar de fala: a Universidade do Brasil, um dos *locus* mais tradicionais da produção científica do país, onde trabalhou como professor catedrático de Clínica Psiquiátrica e diretor do IPUB.

### Henrique Roxo e os rumos da psiquiatria na década de 1940

Na década de 1940 o professor Henrique Roxo era um personagem conhecido e respeitado no meio científico e acadêmico brasileiro. Após quase quarenta anos de magistério, havia contribuído para a formação profissional de inúmeros psiquiatras brasileiros. Havia participado de eventos nacionais e estrangeiros e realizado viagens, a fim de angariar novos conhecimentos e difundir a prática e o ensino da psiquiatria.

Nessa época, contava com uma vasta relação de trabalhos publicados — cerca de 130. Seus livros, artigos e comunicações em congressos apresentavam resultados de pesquisas e observações realizadas no âmbito da instituição na qual sempre lecionou e pesquisou — o Pavilhão de Observação, posterior Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB). Nas primeiras décadas de sua trajetória, era filiado ao alienismo francês, difundido pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, da qual era professor de clínica psiquiátrica. A partir da década de 1920, já é possível observar a incorporação dos preceitos da psiquiatria alemã no cotidiano do Pavilhão e em sua produção acadêmica. Ambas as teorias foram amplamente disseminadas por Roxo nos periódicos científicos.

Em 1939, este professor concedeu uma entrevista ao *Jornal do Brasil*, onde expressou a importância da integração dos assistentes na pesquisa institucional, citando inclusive que havia implementado no IPUB práticas semelhantes às que eram desenvolvidas na Alemanha e nos Estados Unidos. Declarou ainda que, nos EUA, a pesquisa era muito valorizada, tanto que o professor húngaro Ladislav J.

<sup>10</sup>Henrique de Britto Belford Roxo (1877–1969) nasceu no Rio de Janeiro. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1901 e, vinte anos depois, tornou-se catedrático da cadeira de Clínica Psiquiátrica na mesma instituição, além de diretor do Pavilhão de Observação do Hospício Nacional de Alienados. Em 1938, o pavilhão foi transferido para a Universidade do Brasil, onde Roxo então fundou o Instituto de Psiquiatria (IPUB). Continuou nesses cargos até sua aposentadoria, em 1945.

von Meduna (1896–1964)<sup>11</sup> havia sido contratado naquele país para investigações de bioquímica relacionadas à patogenia da esquizofrenia [‘Enaltecendo a obra de um grande mestre’ 1939]. Apesar de pontuar que o ensino e a prática da psiquiatria alemã kraepeliniana estavam presentes, ressaltava a aproximação com a escola psiquiátrica norte-americana, que já se esboçava no âmbito do IPUB e que se tornaria mais consolidada nos anos 1940, após a ruptura diplomática entre Brasil e Alemanha.

Roxo esteve por duas ocasiões nos Estados Unidos: em 1929, no 9º Congresso Internacional de Psicologia realizado em New Haven, Connecticut, e em 1940, no 8º Congresso Científico Americano, em Washington. Nessa última ocasião, recebeu um convite para fazer conferências nas Universidades de Chicago e de Berkeley (São Francisco, Califórnia). Além das palestras, visitou o serviço de ensino e pesquisa da Clínica Psiquiátrica de Nova York, a Universidade de Michigan e os hospitais de clínica de Chicago e de Los Angeles. Aproveitando a oportunidade, visitou a Liga de Higiene Mental de Nova York como representante da entidade congênera brasileira, sendo recebido pelo neuropsiquiatra e professor George S. Stevenson (1892–1983), presidente daquela sociedade. Durante o encontro, o catedrático informou que enviava regularmente o periódico *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* para a sociedade norte-americana. O presidente da liga americana, no entanto, declarou que não conhecia o idioma português e por isso não podia ler a revista brasileira. Sugeriu então que cada artigo deste periódico apresentasse um resumo em inglês, para que pudesse ser compreendido pelo leitor norte-americano [‘Professor Henrique Roxo: as homenagens que lhe foram prestadas ontem pela classe médica’ 1940, p. 4]. A iniciativa de Roxo em divulgar a ciência psiquiátrica brasileira aos seus pares americanos esbarrou, portanto, na barreira linguística. No seu retorno, declarou à *Gazeta de Notícias* que o ensino e a pesquisa nos EUA contavam com uma boa infraestrutura, além de receberem vultosas verbas que permitiam elevar ainda mais sua qualidade [‘A Ciência psiquiátrica nos Estados Unidos’ 1940, p. 9]. Comparou esse fato com a dura realidade brasileira, onde as verbas destinadas à pesquisa eram escassas e os edifícios nos quais essa atividade era realizada eram velhos e mal aparelhados.

Na década de 1940, alguns psiquiatras brasileiros buscaram capacitação em terras americanas, como, por exemplo, a Dra. Iracy Doyle Ferreira (1911–1956), ex-interna e assistente da Clínica Psiquiátrica e livre docente da Faculdade de Medicina. Esta médica conquistou, por intermédio de um concurso no qual participaram médicos sul-americanos, uma bolsa para estudar a infância anormal na clínica neuropsiquiátrica da John Hopkins University. Retornando ao Brasil, em 1946 fundou a Clínica de Repouso da Tijuca, onde implantou uma orientação nos moldes da clínica psiquiátrica dos americanos Karl Menninger (1893–1990) e Will Menninger (1899–1966), localizada no Kansas. No mesmo ano, Iracy retornou aos EUA, desta vez para se especializar em psicanálise, no William Allanson White

---

<sup>11</sup>O professor Meduna havia imigrado para os EUA em 1938, fugindo do nazismo na Europa. Estabelecendo-se inicialmente como professor da Loyola University, em Chicago, ele visitou o Brasil, em 1939, a convite de Aduino Botelho. No Rio de Janeiro, ele fez conferências na Sociedade de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, na Academia Nacional de Medicina, na Sociedade de Medicina e Cirurgia e na Clínica Neurológica da Universidade do Brasil, além de visitar a Colônia Juliano Moreira, o Hospital Nacional de Alienados e o Sanatório Botafogo. Após cumprir sua agenda no Rio de Janeiro, Meduna seguiu para São Paulo, onde permaneceu por mais uma semana, também ministrando palestras [‘Está no Rio um grande psiquiatra húngaro’ 1939, p. 12].



Institute, de New York [‘Faleceu ontem a dra. Iracy Doyle: um dos nossos maiores valores no campo da psiquiatria’ 1956, p. 4].

Ainda nesta década, o Dr. Amando Caiuby Novaes,<sup>12</sup> assistente do professor Antônio Carlos Pacheco e Silva (1898–1988), da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), publicou nos *Arquivos de Neuro-Psiquiatria* (1947) uma conferência que realizou em 1946 na Associação Paulista de Medicina, sobre suas impressões em relação à especialização que havia cursado no Neuro-Psychiatric Institute of the Hartford Retreat, sob a orientação do Dr. Cecil Charles Burlingame.<sup>13</sup> No artigo, descreveu os aspectos físicos do hospital, além das práticas psiquiátricas, tratamentos e exames médicos que mais lhe chamaram a atenção durante o período em que estudou no referido hospital e em posterior viagem científica por esse país. Novaes apontou ainda o entusiasmo dos americanos pelos tratamentos baseados na convulsoterapia — eletrochoques, uso do cardiazol e da insulina. Além dessas terapêuticas, descreveu o emprego de outras técnicas e medicamentos mais utilizados, como, por exemplo, o hipnotismo, a leucotomia, a psicoterapia em grupo, o uso do curare<sup>14</sup> e da penicilina.

A Segunda Guerra Mundial trouxe algumas significativas transformações no âmbito das ciências no país, com um crescimento substantivo da influência norte-americana. No IPUB não foi diferente, principalmente no que diz respeito à aquisição do referencial teórico que dava fundamentação aos estudos e pesquisas em andamento naquele espaço. A guerra atingiu também o mercado editorial internacional, dificultando a importação de material bibliográfico de origem europeia. Tendo por base o livro de tombo<sup>15</sup> da biblioteca do IPUB, referente a esse período, verificamos o considerável aumento na aquisição de livros americanos e argentinos, se comparados à literatura europeia. Na década de 1940 foram adquiridos 143 livros dos Estados Unidos, 95 da Argentina e somente 54 da Europa (36 da França, 16 da Inglaterra e 2 da Alemanha). Na década anterior, tinham sido importados 24 livros dos Estados Unidos, 14 da Argentina e 31 da França.<sup>16</sup> Com relação às assinaturas de periódicos referentes ao período, observamos que o *American Journal of Psychiatry* e o *Psychiatric Quarterly* foram assinados a partir de 1938, a *Revista de Neuro-Psiquiatria* (Lima) a partir de 1939, o *Journal of Nervous Mental Disease* em 1940, a *Revista de Psicoanálisis* (Argentina) em 1943 e o *Psychoanalytic Study of the Children* em 1945.

<sup>12</sup>Não foram localizadas datas de nascimento e morte desse médico nas fontes consultadas.

<sup>13</sup>O Dr. Burlingame ofereceu essa bolsa de estudos a um dos assistentes do professor Pacheco e Silva. Novaes revela que “foi, portanto, o nome de Pacheco e Silva e o justo prestígio que desfrutava nos meios científicos dos Estados Unidos e, particularmente, entre os mais renomados psiquiatras daquele país, que nos levaram a Hartford, a fim de aperfeiçoar conhecimentos aqui adquiridos com aquele Mestre” [Novaes, 1947, p. 167].

<sup>14</sup>Substância de origem vegetal que possui ação paralisante, podendo levar à morte por asfixia caso a quantidade de substância injetada seja elevada. Esta droga foi clinicamente utilizada na neuropsiquiatria [Silva Jr, 1945].

<sup>15</sup>Livro específico onde é registrado todo o acervo de uma biblioteca, representando o seu patrimônio bibliográfico. O registro do material bibliográfico da biblioteca do IPUB se iniciou em 1949.

<sup>16</sup>Como os documentos administrativos do IPUB não chegaram até os nossos dias, não temos dados para analisar a significativa diferença entre o número de livros adquiridos na década de 1930 e na de 1940. Esta pode ter sido causada por aumento na verba estipulada para esse fim, após a Segunda Guerra, ou porque os livros adquiridos na década de 1930 foram perdidos, visto que o controle da coleção bibliográfica se iniciou em 1949.

Conforme se pode constatar, foi na década de 1940 que a aproximação entre especialistas brasileiros e norte-americanos ocorreu de forma mais consistente, amparada nas mudanças sociais, políticas e econômicas promovidas pelo conflito mundial. Médicos como os acima citados buscaram capacitar-se com renomados especialistas em hospitais especializados norte-americanos. Ao retornarem às suas instituições de origem, implementaram modelos alinhados com as concepções e práticas psiquiátricas recém-adquiridas. A participação em eventos científicos também contribuiu para a troca de conhecimentos e a aquisição de novo arsenal teórico e técnico evidencia a preocupação dos psiquiatras do IPUB de estarem atualizados frente a novos conceitos e terapêuticas científicas, como as convulsoterapias. Assim, embora o referencial kraepeliano e até mesmo o tratamento moral ainda estivessem presentes no discurso dos psiquiatras da década de 1940, novos referenciais, vindos dos Estados Unidos, passaram a constar nos debates sobre os temas considerados relevantes e atuais na área.

### Quem tem autoridade para falar sobre ciência?

Em 1942, Henrique Roxo publicou em *Vamos Ler!* o artigo “Você pode diagnosticar uma doença mental”, no qual apresentava uma síntese de suas ideias, segundo as quais seria possível identificar alguns sinais indicativos da presença de psicopatologias passíveis de intervenção médica, necessitando a população, em algumas situações de difícil acesso, da ajuda dos especialistas [Roxo, 1942b]. O texto havia sido originalmente publicado alguns meses antes nos *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, com o título “Como diagnosticar uma doença mental” [Roxo, 1942a, p. 28]. Comparando os dois textos, verificamos que, com exceção da pequena mudança no título, o conteúdo era idêntico, embora os periódicos em que foram publicados tivessem públicos distintos — enquanto os *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* era dedicado à comunidade científica, *Vamos Ler!* era voltada para a divulgação científica e literária para leigos.

Roxo iniciava o artigo argumentando que a percepção da doença mental nem sempre era tão evidente: “pode suceder que um alienado dissimule a sua doença e o especialista terá necessidade de toda a sua argúcia e conhecimentos científicos para que descubra a verdade” [Roxo, 1942b, p. 22]. Ao descrever os sintomas de vários transtornos psíquicos, como alcoolismo, toxicomania, epilepsia, síndrome paranoide, histeria, melancolia, o psiquiatra apontava para as manifestações típicas das doenças, bem como algumas diferenças sutis entre as várias categorias nosológicas que apenas um especialista seria capaz de identificar. Ainda assim, o “atestado de sanidade mental” não deveria ser dado de forma apressada, justificando em alguns casos a internação: “deve examinar detidamente, várias vezes, o suspeitado de ser doente mental. Para que melhor o faça, deve buscar, às vezes, a internação em estabelecimento de alienados” [Roxo, 1942b, p. 28].

A família era um ponto de conflito, pois em muitas das vezes “não é só o doente; a própria família, interessada em que ele não seja tido como doente mental, concorre para buscar despistar os transtornos psíquicos” [Roxo, 1942b, p. 28]. Isso trazia à tona não apenas os estigmas sociais causados por estereótipos relacionados à doença, mas reforçava a importância do médico no diagnóstico. Esse é um dos pontos centrais da publicação e bastante revelador do caráter disciplinador e normatizador que as revistas assumiam ao participar da discussão sobre comportamentos tidos como normais e/ou desviantes. Ainda que, no caso de revistas leigas, esse caráter tenha ocorrido mais através de sugestões e conselhos

em seções que contavam com participação dos leitores, a publicação de Henrique Roxo em *Vamos Ler!* trouxe pistas sobre os esforços da psiquiatria em cuidar não apenas dos indivíduos internados nos hospícios, como também daqueles que estavam em risco de adoecer.

Por outro lado, familiares, professores, chefes de serviço, entre outros, passavam a ter um papel no processo diagnóstico enquanto colaboradores dos médicos. Afinal, o texto sublinhava a importância das “anomalias de conduta de um indivíduo” enquanto características da “existência de uma doença mental”. Tal perspectiva fazia da família, principalmente, um auxiliar potencial para a psiquiatria, de acordo com o modelo psiquiátrico norte-americano proposto por Adolf Meyer.<sup>17</sup> Segundo esse paradigma, a constituição do paciente em relação ao ambiente familiar e social era mais importante do que a predisposição biológica e hereditária.

Isso quer dizer que a psicobiologia, que se centrava na inter-relação entre sintomas e funções psicológicas e biológicas individuais, manteve do organicismo alemão a análise da trajetória biográfica como elemento fundamental para a identificação, o tratamento e a cura das doenças mentais. Entretanto, para Meyer tratava-se de comparar os comportamentos anteriores à manifestação da patologia com as condutas após o diagnóstico e a intervenção enquanto que Kraepelin colecionava, por meio dos cartões diagnósticos (*Zählkarten*), dados sobre a evolução das doenças nos indivíduos, onde também eram incluídas informações continuadas sobre o paciente ao longo do tempo, mesmo após a alta ou transferência para outras instituições médicas [Muñoz, 2015, p. 57].

Outro meio seguro de identificar os diagnósticos, na opinião de Roxo, eram os indispensáveis exames em laboratório, pois “há casos em que a sintomatologia clínica é tão apagada, que só as provas de laboratório podem esclarecer” [Roxo, 1942b, pp. 32–33]. Além disso, a anamnese estava certamente atrelada à observação clínica. Ao longo do texto, Roxo retomava várias vezes a importância de observar o comportamento de indivíduos sob suspeita de doença mental: “vê-se que um indivíduo é um doente mental, pela sua conduta, pelo seu modo de sentir ou dizer”; “às vezes não chega a haver um tema delirante, mas há um estado de excitação ou de inquietação”. Destacava, afinal, que “o psiquiatra deve [...] observar detidamente o modo pelo qual [o paciente] sente, pensa e age” [Roxo, 1942b, pp. 35–36].

No caso das crianças, o professor chamava a atenção para as sutis diferenças entre doença e erros de educação que resultavam em um desequilíbrio mental infantil, devendo ser observados “a conduta e os ensinamentos”. Alterações orgânicas, como “distúrbios no metabolismo do cálcio” e “perturbações de glândulas de secreção interna”, e doenças hereditárias como a sífilis muitas vezes eram confundidas com má educação. Novamente, o autor reforçava a necessidade da presença de um especialista, autoridade capaz de observar e comparar as mudanças de comportamento infantil, além de fazer os exames necessários [Roxo, 1942b, p. 35].

---

<sup>17</sup>Adolph Meyer (1866–1950) foi um psiquiatra e neurologista suíço que fez carreira acadêmica nos Estados Unidos. Seu modelo psiquiátrico se contrapunha às teorias psiquiátricas de Emil Kraepelin, pautadas no organicismo. Defensor da psicobiologia no tratamento terapêutico, argumentava que a psicopatologia era produto de uma série de fatores — ambientais, sociais, físicos e morais — que, combinados à personalidade dos pacientes, forneceriam um “guia prático” da doença e permitiriam fornecer uma terapêutica individualizada (<http://www.psiquiatriageral.com.br/psicoterapia/adolf.htm>).

Em síntese, o texto demonstra que a tarefa de diagnosticar um paciente era de “enorme responsabilidade”, já que tal avaliação pesava sobre a liberdade individual do paciente, que também influía na gestão de seus bens. Apesar da linguagem prolixa, Roxo deixava sua intenção bastante clara: reforçar a autoridade médica no processo diagnóstico, justificando a necessidade de colocar o indivíduo suspeito de moléstia mental em observação, e, no caso do diagnóstico positivo, indicava a internação do doente. Assim, ainda que apresentasse pistas para leigos — parentes e professores — identificarem um indivíduo suspeito de sofrer das faculdades mentais, isso serviria para encaminhá-lo a um consultório médico, reiterando a responsabilidade exclusiva do médico psiquiatra na produção acertada de um diagnóstico.

## Conclusão

Quando comparado com as publicações de outros personagens, como Gastão Pereira da Silva, que atuaram como “homens de ciência” em *Vamos Ler!*, o artigo de Henrique Roxo parece incompatível com as propostas de divulgação científica adotadas pela revista. Ao reproduzir um texto de linguagem rebuscada e altamente especializada, particularidade observada e comentada pelo crítico literário Júlio Dantas, o professor e psiquiatra não esclareceu totalmente seus leitores sobre os diagnósticos, ainda que fornecesse características detalhadas sobre os sintomas das doenças.

No entanto, isso pode ser entendido como parte do propósito de Roxo ao divulgar psiquiatria em uma revista dedicada a um público não especializado: ao apresentar conhecimentos tão específicos e detalhados, é possível entrever sua intenção de demonstrar que os leigos deveriam estar atentos aos sinais de mudança de comportamento de seus familiares e demais pessoas de convivência próxima, podendo atuar como auxiliares dos especialistas. Em contrapartida, tais sinais e sintomas só poderiam ganhar contornos de verdade por meio de um processo diagnóstico construído por um especialista no assunto capaz de classificá-los: o psiquiatra, cuja autoridade deveria ser reconhecida e respeitada.

Enquanto catedrático da Universidade do Brasil, diretor do IPUB e presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental (cargo que ocupava desde 1938), Henrique Roxo afirmava sua posição enquanto autoridade psiquiátrica. Sua trajetória profissional permite acessar ainda o cenário da produção do conhecimento e dos intercâmbios científicos que interferiam na definição de quais saberes estrangeiros estariam em diálogo na produção da medicina nacional. É o exemplo das aproximações crescentes entre as psiquiatrias brasileira e norte-americana, que por sua vez refletem o alinhamento entre Brasil e Estados Unidos, intercâmbio do qual Roxo participou através de congressos e viagens.

Ainda que a linguagem utilizada por Roxo não pareça tão didática como a de outros médicos e cientistas que escreviam para o periódico, a publicação de um artigo publicado originalmente em uma revista especializada — os *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* — em uma publicação popular e engajada com a divulgação científica como *Vamos Ler!* revela um esforço da psiquiatria em ampliar suas fronteiras para além das instituições psiquiátricas. Uma das estratégias utilizadas foi o uso da imprensa como instrumento de atuação, tanto de periódicos especializados quanto leigos.

Mais do que a dificuldade dos médicos de falar claramente para aqueles que não compartilhavam dos cânones da medicina e do reforço à autoridade de um especialista no diagnóstico, a publicação de Henrique Roxo em *Vamos Ler!* traz à tona a conjugação dos esforços para se alcançar um público não especialista e mobilizá-lo na prevenção da doença mental em diálogo com as propostas públicas de saúde e educação da época, que viam a patologia como obstáculo ao estabelecimento da nação normal que o Brasil almejava ser.

## Referências

- ‘A Sciencia psiquiátrica nos Estados Unidos’ (3 de julho de 1940). *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Brazil, pp. 9, 14.
- Almeida, M. O. (2002 [1931]). ‘A vulgarização do saber’. Em: *Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Ed. por L. Massarani, I. Moreira e F. Britto. Rio de Janeiro, Brazil: Casa da Ciência — Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ.
- Bensaude-Vincent, B. (2010). ‘Splendeur et décadence de la vulgarisation scientifique’. *Questions de communication* (17), pp. 19–32.  
DOI: [10.4000/questionsdecommunication.368](https://doi.org/10.4000/questionsdecommunication.368).
- Bertoletti, E. N. M. (2006). Lourenço Filho e a alfabetização: um estudo de Cartilha do povo e da cartilha *Upa, cavalinho!* São Paulo, Brazil: Editora da UNESP.
- Brasil (1927). *Decreto nº 17.805, de 23 de maio de 1927*.  
URL: [http://www.ccs.saude.gov.br/saude\\_mental/legis/legis3.asp](http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/legis/legis3.asp) (acedido em 5 de junho de 2016).
- (1940). *Decreto-lei nº 2.703, de 8 de março de 1940*. URL: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=41183> (acedido em 4 de novembro de 2016).
- ‘Convite à leitura’ (6 de agosto de 1936). *Vamos Ler!* 1, p. 3.
- Cupello, P. C. (2013). ‘A mulher (a)normal: representações do feminino em periódicos científicos e revistas leigas na cidade do Rio de Janeiro (1925–1933)’. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro, Brazil: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocru.
- Dantas, J. (1 de junho de 1934). ‘Literatura psiquiátrica’. *Correio da Manhã*, p. 4.
- Duarte, R. H. (2004). ‘“Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte”: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932–34)’. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 11 (1), pp. 33–56.  
DOI: [10.1590/s0104-59702004000100003](https://doi.org/10.1590/s0104-59702004000100003).
- ‘Enaltecendo a obra de um grande mestre’ (9 de julho de 1939). *Jornal do Brasil*, p. 7.
- ‘Está no Rio um grande psiquiatra húngaro’ (3 de junho de 1939). *O Jornal*, p. 12.
- Facchinetti, C. e Muñoz, P. F. N. d. (2013). ‘Emil Kraepelin na ciência psiquiátrica do Rio de Janeiro, 1903–1933’. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* 20 (1), pp. 239–262. DOI: [10.1590/s0104-59702013000100013](https://doi.org/10.1590/s0104-59702013000100013).
- Facchinetti, C. e Venancio, A. T. A. (2006). ‘Entre a psicanálise e a degenerescência: sexualidade e doença mental no início do século XX no Brasil’. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* 9 (1), pp. 151–161.  
DOI: [10.1590/1415-47142006001012](https://doi.org/10.1590/1415-47142006001012).
- ‘Faleceu ontem a dra. Iracy Doyle: um dos nossos maiores valores no campo da psiquiatria’ (19 de agosto de 1956). *Correio da Manhã*, p. 4.
- Fonseca, C. M. O. (2007). *Saúde no governo Vargas (1930–1945): dualidade institucional de um bem público*. Rio de Janeiro, Brazil: Fiocruz.
- Gomes, A. de C. (2000). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro, Brazil: FGV.

- Hallewell, L. (2012). *O livro no Brasil: sua história*. 3ª ed. São Paulo, Brazil: Edusp.
- Hochman, G. (2001). 'A saúde pública em tempos de Capanema: continuidades e inovações'. Em: *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Ed. por H. Bomeny. Rio de Janeiro, Brazil: FGV, pp. 127–151.
- Lima, N. T. e Hochman, G. (1996). 'Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República'. Em: *Raça, ciência e sociedade*. Ed. por M. C. Maio e R. V. Santos. Rio de Janeiro, Brazil: Fiocruz/CCBB, pp. 23–40.
- Luca, T. R. de (2005). 'História dos, nos e por meio dos periódicos'. Em: *Fontes históricas*. Ed. por C. Pinsky. São Paulo, Brazil: Contexto.
- Marcondes, S. R. de A. (2015). "'Nós, os charlatães": Gastão Pereira da Silva e a divulgação da psicanálise em O Malho (1936–1944)'. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro, Brazil: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.
- Massarani, L., Moreira, I. e Britto, F., eds. (2002). *Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro, Brazil: Casa da Ciência — Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ.
- Mello, A. V. de (15 de agosto de 1940). 'Vamos Ler! e a publicidade'. *Vamos Ler!* 211, p. 25.
- (29 de maio de 1941). 'Nova fase'. *Vamos Ler!* 2, p. 45.
- Moreira, I. e Massarani, L. (2002). 'Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil'. Em: *Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Ed. por L. Massarani, I. Moreira e F. Britto. Rio de Janeiro, Brazil: Casa da Ciência — Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ.
- Moura, G. (1991). *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Brazil: FGV.
- Muñoz, P. F. N. de (2015). 'À luz do biológico: psiquiatria, neurologia e eugenia nas relações Brasil-Alemanha (1900–1942)'. Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro, Brazil: Casa Oswaldo Cruz/Fiocruz.
- Mueller, S. P. M. (2000). 'O periódico científico'. Em: *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Ed. por B. S. Campello, B. V. Cendón e J. M. Kremer. Belo Horizonte, Brazil: Editora da UFMG, pp. 73–96.
- Novaes, A. C. (1947). 'Aspectos práticos da psiquiatria norte-americana'. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria* 5 (2), pp. 167–180.
- 'Professor Henrique Roxo: as homenagens que lhe foram prestadas ontem pela classe médica' (6 de julho de 1940). *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Brazil, pp. 4, 10.
- Roxo, H. (1942a). 'Como diagnosticar uma doença mental'. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental* XIII (1), pp. 28–38.
- (1942b). 'Você pode diagnosticar uma doença mental'. *Vamos Ler!* 327, pp. 22–23, 61.
- Sá, D. M. de (2006). *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895–1935)*. Rio de Janeiro, Brazil: Fiocruz.
- Santos, L. A. de C. e Faria, L. (2006). 'O ensino da saúde pública no Brasil: os primeiros tempos no Rio de Janeiro'. *Trabalho, Educação e Saúde* 4 (2), pp. 291–324. DOI: [10.1590/s1981-77462006000200005](https://doi.org/10.1590/s1981-77462006000200005).
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870–1930*. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras.
- Silva, G. P. da e Silva, J. P. da (1933). *Crime e psicanálise*. Rio de Janeiro, Brazil: Livraria Editora Marisa.

Silva Jr, J. A. C. da. (1945). 'Aplicações do curare em neuro-psiquiatria'. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria* 3 (4), pp. 467–471. DOI: [10.1590/s0004-282x1945000400010](https://doi.org/10.1590/s0004-282x1945000400010).  
Stepan, N. (2005). A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro, Brazil: Fiocruz.  
'Um curso de aperfeiçoamento na Faculdade de Medicina: fala-nos a respeito o seu organizador o professor Espozel' (18 de novembro de 1928). *O Imparcial*, pp. 3, 7.

## Autores

Carolina Carvalho é formada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e assistente de pesquisa na Casa de Oswaldo Cruz — FIOCRUZ. E-mail: [carolinaccarvalho@outlook.com](mailto:carolinaccarvalho@outlook.com).

Cátia Matias é formada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense e é Mestranda em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz — FIOCRUZ. E-mail: [maryska.m@hotmail.com](mailto:maryska.m@hotmail.com).

Sérgio Marcondes é formado em História pela Universidade de São Paulo (USP), mestre e doutorando em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz — FIOCRUZ. E-mail: [serram2011@gmail.com](mailto:serram2011@gmail.com).

## How to cite

Carvalho, C., Matias, C. and Marcondes, S. (2017). 'A divulgação da psiquiatria brasileira na imprensa (1930–1940)'. *JCOM* 16 (03), A13\_pt.



This article is licensed under the terms of the Creative Commons Attribution - NonCommercial - NoDerivativeWorks 4.0 License. ISSN 1824-2049. Published by SISSA Medialab. [jcom.sissa.it](http://jcom.sissa.it)